

Economia Solidária: um referencial político em construção

Daniela da G. e S. V. M. de Moraes¹, Farid Eid²

¹Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR, São Carlos-SP- danielamoreir@hotmail.com

²Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR, São Carlos- SP- fe9998@gmail.com

Resumo

O artigo tem por objetivo apontar as principais políticas públicas de apoio à economia solidária, através de uma revisão bibliográfica. Apesar dos vários desafios enfrentados pelos empreendimentos que participam da economia solidária- empreendimentos econômicos solidários-, a economia solidária pressupõe mudanças importantes no mundo do trabalho, ao incentivar a equidade, a democracia, a cooperação e a solidariedade. Nesse sentido, buscar o seu fortalecimento através de políticas públicas que a apoiem confere um sentido emancipatório ao trabalho, revelando uma possibilidade de transformação da nossa sociedade e o fortalecimento do movimento. O futuro da economia solidária pressupõe o desenho de uma estratégia de inclusão social, capaz de combinar o fortalecimento de medidas comprometidas com a redistribuição de renda e com caminhos de emancipação social, política e econômica. Dessa forma, se faz necessário o incentivo ao fortalecimento de políticas públicas de economia solidária de caráter permanente.

Palavras-chave: Economia solidária, Políticas públicas, Institucionalização de políticas públicas

1 Introdução

A economia solidária pode ser definida como um campo de significados e práticas que pretende propor soluções para a crise do trabalho assalariado e para a reestruturação produtiva¹, a partir da reorganização do trabalho e dos modos de apropriação da riqueza. Ela está inserida no modo de produção capitalista e pode ser vista como uma construção que está em progresso e disputa as políticas públicas de desenvolvimento.

A partir de 1990, com o aumento do número de empreendimentos econômicos solidários e a expansão de suas atividades, o interesse por investigações científicas de iniciativas de economia solidária aumentou, procurando analisar os impactos na qualidade de vida dos participantes e no desenvolvimento local e regional.

O termo “economia solidária” apareceu no Brasil, pela primeira vez em 1996, citado por Paul Singer no artigo “Economia Solidária contra o desemprego”, publicado pelo jornal “Folha de São Paulo” (PINTO, 2006, p.28).

Na última década, a economia solidária (ES) cresceu significativamente, ganhou densidade, apoiadores, militantes e reivindicou políticas. Dessa forma, a ES tem se fortalecido como uma rica experiência de enfrentamento à pobreza e um dos vetores para um desenvolvimento sustentável e solidário.

¹ De acordo com Leite (2009), o processo de reestruturação produtiva e econômica trouxe fortes repercussões no mercado de trabalho, especialmente a partir da década de 1990. A autora evidencia uma série de indicadores, entre eles: diminuição do trabalho industrial, aumento do desemprego e do tempo em que os trabalhadores passam a levar para encontrar outras formas de colocação no mercado de trabalho, aumento da informalidade, queda do valor real dos salários, etc.

O artigo tem por objetivo apresentar uma revisão bibliográfica sobre as principais políticas públicas de apoio à economia solidária.

2 Políticas públicas de apoio à economia solidária

As primeiras políticas públicas de economia solidária começaram em três grandes cidades: Porto Alegre, Belém e Santo André, na região do ABC paulista (SOUZA, 2009; PRAXEDES, 2009).

Na capital gaúcha, em 1996, foi formada a Instituição Comunitária de Crédito Portosol, a primeira voltada para o microcrédito e chamada de “banco do povo”, formada com o apoio do poder público. Em Belém do Pará, em 1997, foi iniciado um trabalho de apoio aos chamados “empreendedores populares”, concedendo-lhes espaços públicos privilegiados para a comercialização de seus produtos e estimulando a formação de cooperativas. E em Santo André, no mesmo ano, iniciou-se um processo de formação de uma incubadora tecnológica de cooperativa popular (ITCP) para oferecer apoio à criação de cooperativas de coleta seletiva e reciclagem de lixo (SOUZA, 2009).

No Rio Grande do Sul, em 1999, foi criada a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Sedai) que estabeleceu intercâmbios internacionais, sobretudo com a Secretaria de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Coesão Social francês (1997-2002). A Sedai, além de apoiar as feiras estaduais de economia solidária, sobretudo as do Projeto Esperança/Coesperança de Santa Maria, estabeleceu importantes parcerias com a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) e com a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT) (SOUZA, 2009).

Com a criação, em 2001, do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro), no primeiro Fórum Social Mundial (FMS), ocorrido em Porto Alegre, os movimentos sociais em torno da proteção e fortalecimento das iniciativas econômicas populares ganharam força (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL).

Tal grupo foi formado por um conjunto de entidades² que se propunha a coordenar as ações de estímulo e fomento das atividades dos empreendimentos econômicos solidários (EES).

Souza (2009) afirma que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2002, abriu novos e promissores horizontes para a economia solidária. O movimento, que já contava com alguns fóruns locais e regionais, passou a se articular, procurando abranger todos os Estados brasileiros.

Em dezembro de 2002 foi organizada, em São Paulo, a primeira Plenária Nacional de Economia Solidária (PNES), onde foi aprovada uma carta ao presidente eleito, que apresentava as diretrizes gerais do movimento e reivindicava a criação de um órgão para se dedicar a essa política específica. Tal carta, intitulada “Economia solidária como estratégia política de desenvolvimento”, havia sido redigida pelo GT- Brasileiro.

² O grupo foi formado com 12 integrantes: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para Assistência Educacional (Fase); Anteag; Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase); Cáritas Brasileira; Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST- Concrab); Rede de ITCPs; ADS-CUT; Unitrabalho; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (Abicred) e alguns gestores públicos que vieram depois a constituir a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (SOUZA, 2009).

A partir do Decreto 4.764, de 24 de junho de 2003, foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e sob a coordenação do Prof. Paul Singer (TIRIBA; PICANÇO, 2004; SOUZA, 2009).

A Senaes tem como objetivo geral “promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário” (MTE- balanço geral 2003-2006). Além disso, a Senaes assumiu o desafio de “fortalecer as experiências de autogestão como resposta ao desemprego, intensificando as potencialidades emancipatórias da economia solidária e tornando-se referência de política pública implementada com participação popular” (MTE, 2003, p.4)

A Senaes vem desenvolvendo sua política pública específica no país, em parceria, sobretudo com os ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), e também com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O principal programa da Senaes é intitulado “Economia Solidária em Desenvolvimento” e conta com recursos do orçamento do próprio MTE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS-MDS).

Além disso, a Senaes participa com o MDS, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Universidade de Brasília (UnB) da condução do Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES). Tal projeto, iniciado em 2006, envolve mais de 500 agentes comunitários, que procuram articular medidas de órgãos e instâncias governamentais diversos para apoiar empreendimentos solidários em todas as unidades federativas do país (SENAES-MTE).

Em paralelo a criação da Senaes, foi instituído, em 2003, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), durante o III FMS de Porto Alegre, com a finalidade de articular as experiências de economia solidária no território nacional e representá-las junto aos governos e fóruns internacionais. (LEITE, 2009; EVENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PAÍS E NA PARAÍBA). O FBES trabalha diretamente com a Senaes e desdobra-se em fóruns estaduais, buscando fornecer capilaridade ao movimento organizado de economia solidária.

O FBES estrutura-se a partir da articulação entre três segmentos do movimento de Economia Solidária: os empreendimentos solidários, as entidades de assessoria e fomento, e os gestores públicos.

A sua principal instância de decisão é a Coordenação Nacional, que consiste nos representantes das entidades e redes nacionais de fomento (GT - Brasileiro), além de três representantes por estado que tenha um Fórum Estadual de Economia Solidária. Destes três representantes por estado, dois são empreendedores e um é assessor ou gestor público. A Coordenação Nacional reúne-se duas vezes ao ano.

Há também uma Coordenação Executiva Nacional que faz a interlocução com outros movimentos e com a Senaes. É integrada pelas entidades e redes nacionais de fomento e por um representante de cada estado.

Para dar suporte aos trabalhos do FBES, propiciar a comunicação entre as instâncias e operacionalizar reuniões e eventos, há uma secretaria executiva, apoiada por uma comissão de acompanhamento composta por membros da Coordenação Nacional.

Existem ainda Grupos de Trabalho (GT's) que se compõem conforme a demanda de ações específicas do FBES, e para o avanço na implantação da Plataforma da ES. Os GT's são: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal e Relações Internacionais. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA).

Em junho de 2006, ocorreu a I Conferência Nacional de Economia Solidária³ (Conaes) que teve como tema “A Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento”. A I Conaes teve como principais objetivos: afirmar a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento; propor princípios e diretrizes para orientar uma Política Nacional de Economia Solidária; identificar o estado atual da Economia Solidária no país, tanto do ponto de vista da sua organização social quanto das políticas desenvolvidas; propor prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária, bem como, os mecanismos de participação e controle social. Além disso, esse evento serviu para definir os parâmetros de escolha de pessoas para compor o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

O CNES foi instituído pelo governo federal em 21 de junho de 2006 (decreto nº. 5.811) e é oficialmente responsável pela interlocução do movimento com as instâncias públicas nacionais. O CNES é composto por 56 membros, sendo 26 representantes de órgãos do governo, 20 de empreendimentos solidários e 17 entidades de apoio e assessoria (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA).

A criação do CNES constitui um avanço para a Economia Solidária, pois os conselhos são espaços públicos de poder, nos quais são defendidos interesses diversos e onde os diferentes sujeitos sociais podem pactuar, de forma transparente e em igualdade de condições, os seus interesses pensados na relação com a coletividade, buscando construir compromissos públicos cidadãos.

Deve-se considerar que a participação e o controle social são estratégias fundamentais para a construção das políticas públicas, porém, apesar de os conselhos serem conquistas importantes da sociedade civil organizada, se eles não estiverem articulados com fóruns e processos que mobilizam lutas mais amplas, podem burocratizar-se, não alcançando as metas para as quais foram criados (PEDRINI; OLIVEIRA, 2007). A regulação e o funcionamento do CNES estabelecem um novo cenário, desencadeando novas e diferentes relações no interior do movimento de Economia Solidária, daí a significativa importância da definição dos papéis específicos do FBES e do CNES e a ação articulada entre estes atores.

Na visão de Schiochet (2009), é preciso considerar que a economia solidária entrou na agenda das políticas governamentais “pela porta dos fundos”, já que as primeiras iniciativas de cooperação econômica e autogestão surgiram no âmbito dos programas de geração de trabalho e renda presentes nas políticas assistenciais e de desenvolvimento local. O autor afirma que muitos empreendimentos econômicos solidários surgiram, por exemplo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local e Integrado e Sustentável (Dlis) e do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor).

O processo de consolidação da economia solidária enquanto uma política específica ocorreu a partir de um amplo “experimentalismo” de políticas de apoio à economia solidária. Essa diversidade pode ser entendida em função da especificidade das questões locais, das compreensões políticas sobre o potencial da economia solidária no enfrentamento das questões sociais, da priorização política, administrativa e orçamentária das ações implementadas, assim como em função dos diversos entendimentos sobre o significado da própria economia solidária (SCHIOCHET, 2009).

³ A Conferência Nacional de Economia Solidária ocorreu em Brasília, contando com mais de 3.000 participantes, sendo 60% de representantes de EES e os demais 40% com membros de Assessoria, Apoio e Fomento (EAFs) e representantes governamentais. Mais informações consultar www.fbes.org.br

Segundo Schiochet (2009), do ponto de vista das políticas públicas, a inclusão da economia solidária nas ações governamentais explicitava os limites e contradições do “Estado mínimo para o social”, pois a economia solidária exigia uma posição cada vez mais ativa dos governos, como a de compor equipes qualificadas de gestores, planejar ações de longo prazo, viabilizar capacidade de alocação de recursos e integrar o Estado à economia real das comunidades.

Essas exigências sinalizam para uma crítica às políticas neoliberais e a defesa por uma participação mais ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais. No entanto, tais avanços políticos e institucionais ainda não alteraram uma das principais características das políticas de economia solidária, o fato de elas serem “políticas de governo”, ou seja, sua existência depender dos partidos, coalizões ou grupos políticos que assumem a direção do Poder Executivo. Schiochet (2009) acredita que esse é o motivo para a economia solidária ainda não ter sido incorporada na agenda dos direitos (da cidadania) e dos deveres (públicos). Esta é a questão da institucionalização das políticas públicas de economia solidária.

A institucionalização de política pública de Economia Solidária se torna essencial como uma das estratégias para consolidá-la na agenda política das três esferas do governo e garantir a sua permanência como política de Estado.

Devemos observar que o fomento à economia solidária é uma política de desenvolvimento e, dessa maneira, não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório.

Praxedes (2009) expõe que nas esferas municipais e estaduais, merece registro o intenso aumento na aprovação de leis instituindo políticas de apoio e fomento à economia solidária, com a criação de instrumentos para efetivá-las. Na direção da institucionalização de uma política de economia solidária, diversas iniciativas legais têm surgido: Santo André – SP prevê a possibilidade de estabelecimento de convênios da prefeitura com cooperativas em processo de incubação; Diadema – SP prevê a redução gradativa do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) para cooperativas instaladas no município; em Osasco – SP, a Lei Geral prevê a criação de equipamentos públicos com Incubadora Pública, Centro Público, Centros de Comércio; Montes Claros – MG prevê a criação de um Fundo de Fomento à Economia Popular e Solidária; Recife – PE criou o Fundo Recife Solidário; João Pessoa – PB criou um fundo que possibilita a captação de recursos, em percentual sobre as compras de bens e serviços efetuadas pela prefeitura.

Para a construção de políticas de economia solidária é fundamental o acesso a fundos públicos que a financiem. No âmbito federal, a economia solidária não conseguiu constituir um fundo público desse tipo, nem ao menos acessar fundos públicos já constituídos, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Porém, outros programas ou fundos vêm apoiando as iniciativas de economia solidária, como o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este último vem sendo um diferencial significativo para produtores familiares rurais organizados em cooperativas e associações, que realizam através dele a comercialização de seus produtos. A transversalidade da política de economia solidária vem permitindo o avanço das iniciativas de maneira indireta através de outros ministérios e projetos e não apenas através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) (PRAXEDES, 2009).

Como parte da estratégia nacional temos ainda a implementação dos Centros Públicos de Economia Solidária, realizada pela Senaes em parceria com municípios e governos estaduais. Os centros se constituem em espaço de agregação das diversas iniciativas do campo da economia solidária, propiciando a participação de diversos atores presentes no território. É importante sublinhar o papel que os centros cumprem no fomento a processos de desenvolvimento local na medida em que permitem a realização de atividades de articulação,

formação e capacitação, além do potencial de atender a empreendimentos que estejam iniciando suas atividades (PRAXEDES, 2009).

Para Gomes et al. (2007), são necessárias políticas que visem à concretização das promessas de justiça social, materializadas nos direitos sociais conjecturados na Constituição Federal, de maneira a considerar os indivíduos como cidadãos ativos e não como “assistidos” que necessitam ser socorridos. A inclusão social e produtiva deve articular aspectos econômicos, sociais e de fomento a articulação dos seus EES, oferecendo trabalho, renda e participação social.

Pedrini e Oliveira (2007) afirmam que tornar a Economia Solidária uma política pública, de Estado, permanente e emancipável, é dar-lhe possibilidades de desenvolvimento, expansão e sustentabilidade.

No âmbito do governo federal, segundo Gomes et al. (2007), deveriam ser implementadas diversas ações, abrangendo o fomento a formação, capacitação dos sócios, agregação de valor dos produtos e serviços da ES, além da assistência técnica adequada às características organizacionais dos EES.

Para Singer (2007), o apoio natural e político do poder público à Economia Solidária permitirá que ela se desenvolva de acordo com sua natureza igualitária e democrática.

3 Limites para o fortalecimento da economia solidária no Brasil

É válido ressaltar que para o fortalecimento da economia solidária como uma política pública, como dito anteriormente, devemos pensar em políticas permanentes, emancipatórias e de Estado, articuladas as demais políticas, na perspectiva de integralidade, superando a fragmentação e sobreposição das ações.

As políticas públicas de economia solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político deste setor, elementos fundamentais para a institucionalização dos direitos e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas.

França Filho (2006) afirma que ao se modificar a forma como são vistos os atores e os empreendimentos sociais, poderá ocorrer o entendimento de que mudanças significativas no próprio tecido organizativo local que compõe a dinâmica da economia solidária também afetam a própria configuração da política. Dessa forma, novas tendências são sinalizadas na configuração das relações entre Estado e sociedade no caminho de uma maior democratização.

Na visão de Pochmann (2004), existem cinco grandes lacunas para o fortalecimento da ES no país. O autor assevera que o papel das políticas públicas pode ser determinante para seu fortalecimento.

A primeira delas relaciona-se à necessidade de uma definição a respeito da regulação pública que defina o estatuto da economia solidária. Dessa forma, é possível enfrentar a lacuna decorrente do vazio legal que confunde a ética solidária com a concorrência desleal e mesmo com falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos empregos assalariados. Em outras palavras, o autor propõe a constituição de um código próprio do trabalho sob o regime da economia solidária.

A segunda lacuna diz respeito a um padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da ES. De certa forma, parte-se do pressuposto de que o sistema bancário tradicional encontra-se distante dos princípios éticos da economia solidária, o que levaria a necessidade de uma

linha nacional de financiamento própria, estruturada por agentes de créditos populares e por cooperativas comunitárias.

Uma terceira lacuna resulta da necessidade de constituição de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária. Pochmann (2004) afirma que além da articulação de fontes institucionais existentes de financiamento (fundos setoriais, Finep, Fapesp e congêneres estaduais) e de instituições de ensino, cabe a promoção de um organismo voltado ao apoio e à formação técnica na economia solidária.

A quarta lacuna expõe a necessidade da incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e comércio exterior. Para Pochmann (2004), nada mais adequado do que realizar uma reformulação que seja capaz de incluir a economia solidária sob novos paradigmas éticos de produção e exportação.

Na quinta lacuna, surge o tema das compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias. É necessária a revisão da atual legislação que disciplina as licitações públicas, como forma de permitir a inclusão dos empreendimentos solidários, praticamente à margem das compras públicas.

4 Considerações finais

O modelo de desenvolvimento proposto pela perspectiva da economia solidária tem como valor central a primazia do trabalho sobre o capital, a valorização do aspecto distributivo e de inclusão da maioria da população, vinculado a sustentabilidade multidimensional, a justiça social, a cidadania e ao respeito à diversidade cultural.

O artigo, através de uma revisão bibliográfica acerca das principais políticas públicas de economia solidária, buscou contribuir para o aprofundamento do debate sobre a necessidade de vermos o movimento de economia solidária como uma política pública que favorece a atuação paralela da população e do Estado.

Assim, é possível destacar que a economia solidária não diz respeito apenas a um problema econômico, pelo contrário, ela envolve questões com a sociabilidade de territórios, a participação política das pessoas, o grau de organização associativa, a preservação ambiental, a afirmação de identidades culturais, entre outros (FRANÇA FILHO, 2006).

Dessa forma, as políticas públicas envolvidas nesse processo devem ser articuladas e integradas às demais políticas, possibilitando sua efetivação como políticas permanentes, emancipatórias e de Estado.

5 Referências Bibliográficas

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CNES. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/cons_default.asp>. Acesso em: 23 de março de 2010.

EVENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PAÍS E NA PARAÍBA. *Incubadora de Empreendimentos Solidários* INCUBES. UFPB. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br>>. Acesso em: 23 de março de 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 18 de março de 2010.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL- FMS. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>>. Acesso em: 18 de março de 2010.

FRANÇA FILHO, G. C. A economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J.P. (Org.). *Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2006.

GOMES, F. P.; KLEIN, M. J.; STEFFEN, M.; MARIANI, S. *Formação em Economia Solidária*. Projeto Casa Brasil. Módulo 2: Introdução a economia solidária. 2007. SENAES- MTE. Disponível em: <<http://www.casabrasil.gov.br>>. Acesso em: 18 de março de 2010.

LEITE, M. P. *A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 24, n. 69, p. 31-51, fev.2009.

MTE. Economia solidária em desenvolvimento. Brasília, 2003. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em 22 de março de 2010.

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Balanco geral das ações da Senaes: 2003-2006*. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em 22 de março de 2010.

PEDRINI, D.M.; OLIVEIRA, A.L. *A economia solidária como estratégia de desenvolvimento*. Emancipação, 7(1), p.111-133, 2007.

PINTO, J.R.L. *Economia solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POCHMANN, M. *Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites*. IPEA, 2004.

PRAXEDES, S.F. *Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias*. IPEA. Mercado de trabalho, maio de 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt39/08_ES3Sandra.pdf> Acesso em: 22 de março de 2010.

SCHIOCHET, V. *Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios*. IPEA. Mercado de Trabalho, p.55-59, ago. 2009. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt40/08_ECONS_institucionalizacao.pdf>. Acesso em: 18 de março de 2010.

SENAES - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp. Acesso em: 23 de março de 2010.

SINGER, P. *Por uma política de Economia Solidária*. Folha de São Paulo, 27 de março de 2007.

SOUZA, A. R. *A construção social e a investigação científica da economia solidária*. VI ENEDS. Campinas, SP, set. 2009.

TIRIBA, L.; PICANÇO, I.S. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. In: TIRIBA, L; PICANÇO, I.S. (Orgs.) *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida, SP. Idéias e Letras, 2004.